

## **RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO DO SUL**

### **INTRODUÇÃO**

O presente texto tem o objetivo de relatar as atividades desenvolvidas e os procedimentos adotados no desenvolvimento da Conferência Estadual da Educação Básica realizada em Campo Grande/Mato Grosso do Sul, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007, sob a coordenação do Sr. Secretário Adjunto de Educação Gamaliel de Oliveira Jumenha.

Segundo consta no Capítulo I em seu Artigo 2º, do Regimento Interno ([Anexo I](#)) a Conferência Estadual da Educação Básica – COEEB/MS foi: “[...] convocada nos termos da Portaria Normativa nº 11, de 24 de abril de 2007, do Ministério da Educação [...], sob a coordenação da Comissão Organizadora constituída mediante a Resolução /SED/MS nº 2136 de 31 de agosto de 2007.”

Conforme ainda, o mesmo documento a referida Conferência, obrigatoriamente, contemplaria em suas proposições, análises e formulações as discussões sugeridas no Documento de Referência da Conferência Nacional da Educação Básica distribuído pelo Ministério da Educação e Desporto (MEC) às Secretarias Estaduais de Educação e disponível em seu site para os cidadãos e segmentos da sociedade brasileira interessados em tratar e refletir sobre um assunto tão importante como é a educação nacional e suas interfaces.

O Documento de Referência da Conferência Nacional da Educação Básica foi elaborado no intento de orientar os debates, nos estados, sobre a qualidade e valorização da educação básica, envolvendo a sociedade civil. Considerando que a mobilização e a participação dos diversos segmentos sociais auxiliariam na consolidação de uma política nacional, em especial, no que diz respeito a uma educação mais adequada as necessidades dos alunos das diferentes regiões de País. E, com isso tornar-se de fato, mais democrática e inclusiva para que todos tenham condições de acesso e permanência na escola (crianças, jovens, adultos, trabalhadores, deficientes, indivíduos com altas habilidades, etc.). Possibilitando não somente a educação obrigatória, mas permitindo que todos os cidadãos tenham oportunidade de se educarem, crescerem e se desenvolverem intelectual e

cognitivamente ao longo da vida. O que certamente contribuirá para uma sociedade mais justa e igualitária.

## **A CONFERÊNCIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA - COEEB/MS**

A COEEB, como explicitado anteriormente ocorreu nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), num amplo espaço cedido pelo Reitor da instituição para o desenvolvimento do evento. O qual ocorreu sob a responsabilidade da Comissão Organizadora, que contou com a participação efetiva do Secretário Adjunto de Educação de MS; representantes da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS); da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa/MS; UNDIME/MS; Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; Conselho Estadual de Educação/MS; Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/MS e ANFOPE.

A COEEB/MS foi um evento preparatório à Conferência Nacional da Educação Básica – CONEB e foi realizada com a participação dos segmentos representativos da sociedade sul-mato-grossense.

Seu foco foi a rediscussão das políticas educacionais e das ações governamentais com vistas a consolidar a educação como direito social, a democratização da gestão, a qualificação do processo de ensino e de aprendizagem, o acesso e a garantia de permanência de crianças, de jovens e de adultos nas instituições de ensino e o respeito à diversidade.

A Conferência Estadual da Educação Básica – COEEB teve como tema central a “Construção do Sistema Nacional de Educação” e, articulados a ele cinco eixos temáticos, estabelecidos no Documento Referência da CONEB (2007, p.2) quais sejam:

- I. Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação;
- II. Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação;
- III. Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação;
- IV. Inclusão e Diversidade na Educação Básica;
- V. Formação e Valorização profissional.

Esses eixos foram orientadores do debate que se processou mediante a interlocução entre especialistas da área e colóquios, envolvendo profissionais da educação.

Assim sendo, a COEEB/MS teve como objetivos:

- Fomentar a construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação, responsável pela institucionalização de um trabalho permanente do Estado com a Sociedade no sentido da garantia do direito à educação;
- Propor ações para garantir a democratização da gestão e da qualidade social da educação básica;
- Oferecer subsídios para a criação de condições adequadas de trabalho aos profissionais da educação;
- Deliberar sobre parâmetros e diretrizes que contribuam para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem;
- Assinalar os requisitos básicos para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social, de forma articulada entre os sistemas de ensino;
- Receber propostas elaboradas pelos segmentos da sociedade, dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul participantes, as quais servirão de subsídio para a Conferência Nacional da Educação Básica.

Para que a COEEB/MS alcançasse os resultados esperados por seus organizadores participaram do evento os seguintes segmentos:

- Pais e Alunos;
- Gestores e técnicos das Secretarias Estadual e municipais de Educação;
- Gestores das Instituições de Ensino públicas e privadas;
- Profissionais da educação pública e privada;
- Conselheiros e técnicos dos Conselhos Estadual e municipais de Educação.

Também estiveram presentes representantes:

- dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação, pública e privada;
- das Universidades públicas e privadas;
- da UNDIME/MS
- da UNCME/MS;
- da ASSOMASUL;
- do Ministério Público Estadual;

- da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa;
- da União de Vereadores;
- da Associação dos Conselhos Tutelares;
- do Conselho do FUNDEB;
- dos Órgãos Estaduais de Assistência Social;
- dos Órgãos Estaduais de Saúde;
- da ANFOPE;
- das Comunidades: do Campo, Indígena e Quilombola.

O primeiro dia da COEEB/MS foi dedicado a conferências (seis no total), duas no período matutino e quatro no período vespertino.

No primeiro momento da manhã foi formada um Mesa de Autoridades composta pelo(a) Sr. Governador do Estado – Dr. André Puccinelli, Sr<sup>a</sup> Secretária de Educação do Estado Maria Nilene Badeca da Costa, Sr Secretário Adjunto de Educação - Gamaliel de Oliveira Jumenha (Coordenado do evento), Sr. Prefeito Municipal de Campo Grande – Dr Nelson Trad Filho, Representante do MEC - Sr. Armênio Schimidt, Reitor da UCDB (Padre Marimone) e da Presidente da UNDIME/MS – Prof<sup>a</sup> Manoelina.....

Após o pronunciamento dos membros da Mesa sobre o significado e importância da COEEB para a educação no estado de Mato Grosso do Sul teve início a Conferência Magna ministrada pelo Sr. Armênio Schimidt - representante do MEC, que tratou do tema “A Construção do Sistema Articulado Nacional de Educação”.

A segunda Conferência da manhã foi ministrada pela Prof<sup>a</sup> Maria Nilene Badeca da Costa - Secretária Estadual de Educação versou sobre a “Democratização da Gestão de Qualidade Social da Educação”. Ao final a Sr<sup>a</sup> secretária apresentou os projetos de qualificação em serviço desenvolvidos no estado nos últimos meses, destacando que uma das prioridades de sua Secretaria é a valorização dos profissionais da educação.

A primeira conferência da tarde - “Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação”, ficou sob a responsabilidade do Prof. Dr. João Monlevade da UnB. Logo a seguir o Prof. José Parente Filho, também, representante do MEC discorreu sobre a “Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como

um dos instrumentos o financiamento da Educação”. Ao término da sua Conferência o Prof José Parente Filho juntamente com o Prof. João Monlevade concederam 15 minutos para um debate com os demais participantes.

A Prof<sup>a</sup> Roseli Gayoso da SED/MS foi a terceira conferencista da tarde e tratou da temática “Inclusão e diversidade na Educação Básica”, enfatizou a necessidade de práticas interculturais na escola; a importância da conscientização da sociedade em “aceitar” as diferenças, o diferente e ressaltou que todos os indivíduos têm condições de socializar-se e aprender conforme suas possibilidades.

A última Conferência ficou a cargo da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Rosa Brito da Universidade Federal do Pará que abordou o tema “Formação e Valorização Profissional” tanto do ponto de vista da legislação brasileira como da Associação Nacional pela Formação do Educador (ANFOPE)

O segundo dia da COEEB/MS teve início com a aprovação do Regulamento da Sessão Plenária, logo após os participantes organizaram-se em grupos, de mais ou menos setenta delegados, para o desenvolvimento dos Colóquios, com o tempo de duração previsto de três horas. Ao término dos mesmos os participantes retornaram para a Sessão Plenária na qual foram apreciadas e votadas as proposições de cada colóquio/eixo temático.

A seguir apresentamos as proposições que resultaram das discussões nos colóquios apreciadas e aprovadas na Sessão Plenária.

## **EIXO TEMÁTICO I**

### **Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação**

#### **Propostas:**

1. Referendar a criação de um sistema nacional articulado de educação, amparando a normatização do Regime de Colaboração, com a participação da sociedade, assegurando a formação inicial e continuada, a valorização dos profissionais da educação, a avaliação e a gestão democrática do ensino;
2. Estabelecer diretrizes para a criação de um sistema nacional articulado de avaliação que tenha como referência os planos nacional, estaduais e municipais de educação, envolvendo as instituições educacionais, os profissionais da educação, pais e alunos;

3. Assegurar: financiamento da educação com vinculação de 10% do PIB nacional, inclusive com a derrubada do voto do Plano Nacional de Educação – PNE; transparência, controle social e obrigatoriedade da prestação de contas na aplicação dos recursos destinados à Educação Básica, Educação Superior e Educação Profissional em todas as esferas de governo;
4. Estabelecer uma política nacional de educação com diretrizes articuladas, de forma a promover a inclusão, a qualidade social, o respeito à diversidade e garantia de que seja política de estado e não de governo;
5. Garantir o cumprimento das decisões da conferência nacional de educação assegurando de forma sistemática no âmbito dos entes federados o acompanhamento da implementação das políticas nacionais.

## **EIXO TEMÁTICO II**

### **Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação**

#### **Propostas:**

1. Fortalecer os espaços democráticos da educação (Conselhos, Colegiado Escolar, Grêmios, APM e outros) por meio da criação, implantação e implementação de instâncias participativas e eleição direta para dirigentes escolares.
2. Propor mecanismos (avaliação interna e externa) que assegurem o acompanhamento das ações democráticas nas instâncias de decisão e execução (Municipal, Estadual e Federal).
3. Desencadear ações no sentido de que estados e municípios cumpram as metas estabelecidas no PNE.
4. Promover a formação continuada de gestores educacionais e membros dos conselhos.

5. Garantir aos gestores educacionais a autonomia administrativa, pedagógica e financeira, todavia submetidos à fiscalização.

### **EIXO TEMÁTICO III**

#### **Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.**

##### **Propostas:**

1. Aprimorar e aumentar o percentual com investimentos públicos na Educação Básica, com aplicação de 7% conforme previsto no Plano Nacional de Educação até 2011 e, gradativamente, chegar a 10% do PIB até 2015.  
Desvincular os recursos educacionais da DRU (Desvinculação das Receitas da União).
2. Apoiar a criação de Conselhos Municipais de Educação, proporcionando dotação orçamentária para custeio dos mesmos e, promover capacitação de conselheiros Estaduais e Municipais de controle Social, vinculados a Educação.
3. Aumentar o coeficiente valor aluno/ano para Educação Infantil.
4. Garantir autonomia no gerenciamento dos recursos da Educação aos Secretários Estaduais e Municipais de Educação;
5. Criar linha de financiamento e coeficiente em nível de FUNDEB para a educação profissional subsequente e concomitante.

### **EIXO IV**

#### **Inclusão e Diversidade na Educação Básica**

##### **Propostas:**

1. Implementar Políticas de Formação Continuada aos profissionais da educação para a Inclusão e a Diversidade na Educação Básica.

2. Rever os currículos das Licenciaturas, com objetivo de contemplar “a inclusão” e “as diversidades” na Educação Básica, assim como, elaborar e implementar um currículo intercultural nos diferentes níveis da Educação Básica (para Professores e Alunos).
3. Garantir autonomia e financiamento (Federal, Estadual e Municipal) para as escolas decidirem sobre a elaboração e execução de projetos que atendam as necessidades específicas da Inclusão e Diversidades.
4. Promover mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados da Conferência Nacional da Educação Básica (2008), especificamente, no que diz respeito à Inclusão e ao atendimento à Diversidade.
5. Implantar e implementar a Educação Profissional Integrada a Concomitante e Subseqüente ao Ensino Médio, visando atender à Diversidade – Campo, Indígena, Quilombola, Educação Especial, Unidades Prisionais e Adolescentes, bem como programas e projetos de qualificação profissional.

### **Eixo Temático V** **Formação e Valorização Profissional**

#### **Propostas:**

1. Garantir financiamento para a implementação de processos de formação inicial e continuada associada às necessidades e ao contexto das escolas, assegurando as questões relativas à diversidade e a sustentabilidade ambiental e, a valorização dos profissionais da educação básica (professores, especialistas de educação, gestores e funcionários administrativos), com o afastamento remunerado para a realização de cursos de pós-graduação;
2. Garantir um número máximo de alunos por turma e por professor, previsto no estudo do Custo Aluno Qualidade inicial elaborado pela Campanha Nacional pelo direito à Educação, bem como, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação básica, com carga horária de 30 h assegurando, no

mínimo, um terço da carga horária para estudo de acordo com o PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional);

3. Garantir a implantação do piso salarial profissional nacional e a inclusão dos funcionários administrativos da educação básica com ingresso somente por meio de concurso público, excluindo a terceirização;
4. Garantir a formação inicial dos docentes da Educação Básica em nível superior de forma presencial, podendo a EAD ser utilizada como formação continuada;
5. Garantir que o resultado das avaliações de sistema e de ensino-aprendizagem seja utilizado para nortear as políticas sociais, os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Básica e a melhoria das condições de trabalho.

### **ALGUNS ASPECTOS A DESTACAR**

No estado de Mato Grosso do Sul ocorreram encontros municipais em vinte municípios, o que não significa dizer que os demais municípios não fizeram suas discussões e apresentaram proposições.

O número total de participantes da COEEB/MS foi de quatrocentos e doze (412) delegados, dentre eles destacamos a presença de pais e estudantes. A Conferência contou também, com a presença de grande parte dos Secretários municipais de Educação do Estado de MS e de representantes das instituições de ensino superior, tanto público como privado.

Por fim, cabe apontar o envolvimento dos delegados, nos diferentes colóquios, espaço em que puderam manifestar suas idéias, fazer proposições e colocá-las em discussão. O que contribuiu, sobremaneira, no desenvolvimento da Sessão Plenária.

Os municípios do estado de Mato Grosso do Sul estiveram envolvidos com a COEEB/MS sob a coordenação e mobilização da UNDIME/MS, realizando encontros municipais que resultaram em proposições significativas para a Conferência Estadual, onde foram apresentadas e aprovadas as necessidades e anseios da sociedade sul-mato-grossense.